\times

Obras

Serviços

Fornecimentos

SECÇÃO IV: PROCESSOS	O concurso está abrangido pelo Aco	rdo sobre Contratos Públicos (ACP)?		
IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público	SECCÃO I. ENTIDA	ADE AD ILIDICANTE		
·	SECÇAO I: ENTIDADE ADJUDICANTE			
IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO A) Preço mais baixo □	I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFIC	CIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE		
Ou: B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta ⊠	Organismo EP — Estradas de Portugal, E. P. E.	À atenção de Direcção de Estradas de Faro		
B1) Os critérios a seguir indicados a) Valia técnica da proposta — 40%:	Endereço	Código postal		
a1) Programa de trabalhos e cronograma financeiro — 20%:	Rua do Alportel, 104 Localidade/Cidade	8000-291 Faro País		
K ₁ — Plano de trabalhos — 9%: K _{1.1} — Identificação e progressão das actividades — 3%;	Faro	Portugal		
K _{1,2} — Planeamento das frentes de trabalho — 3%; K _{1,3} — Demonstração dos rendimentos calculados — 3%;	Telefone 289870600	Fax 289670605		
K ₂ — Plano de mão-de-obra — 4%;	Correio electrónico	Endereço Internet (URL)		
K ₃ — Plano de equipamento — 4%; K ₄ — Cronograma financeiro — 3%;	defar@estradasdeportugal.pt	www.estradasdeportugal.pt		
 μα2) Memória justificativa e descritiva — 15%: Κ_s — Rendimentos de trabalho — 2,5%; Κ_e — Escalonamento e calendarização das tarefas — 2,5%; 	I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER (Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver ane			
K ₇ — Meios a utilizar — 2,5%; K ₈ — Origem dos materiais a incorporar na obra — 2,5%; K ₀ — Estaleiro — 2,5%;	I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OB Indicado em I.1 Se distinto, ver ane			
K ₁₀ — Serviços afectados — 2,5%; 23) Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho — 5%:	I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM : DOS DE PARTICIPAÇÃO			
K ₁₁ — Lista para adaptação/complemento do Plano de Segurança e Saúde e Compi- lação Técnica — 2%;	Indicado em I.1 🗵 Se distinto, ver ane			
ulyao Technoa — 270, K ₁₂ — Lista de Planos de Monitorização e Prevenção — 3%;	I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANT Governo central Instituiça	˙E ão Europeia □		
b) Preço — 60%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ⊠		mo de direito público 🗵 Outro 🗆		
IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO	SECCÃO II: OR IEC	TO DO CONCURSO		
IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante	_	TO DO CONCURSO		
Concurso público n.º 407/2006/COC/DECTB.	II.1) DESCRIÇÃO			
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais Data limite de obtenção	II.1.1) Tipo de contrato de obras Execução S Concepção Execução, seja por que meio for, de u indicadas pela entidade adjudicante	7		
Custo: 639 euros. Moeda: euro.	II.1.5) Designação dada ao contrato			
Condições e forma de pagamento:	«Conservação corrente por contrato no o			
Em dinheiro ou por cheque visado passado à EP — Estradas de Portugal, E. P. E. V.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação 0 4 / 0 9 / 2 0 0 6 ou dias a contar do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União Europeia ou da sua publicação no Diário da República	II.1.6) Descrição/objecto do concurs Realização de trabalhos de conservação o tos, conservação de bermas e valetas, de de arte, trabalhos de actividades ambient e limpezas diversas) e de segurança rodo	corrente curativa e preventiva de pavimen- órgãos de drenagem, de taludes e de obras ais (ceifa de ervas, controlo da vegetação		
Hora: 17 horas. IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pe-	II.1.7) Local onde se realizará a obra, a tação de serviços	a entrega dos fornecimentos ou a pres-		
d idos de participação ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra-país terceiro	Concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, La feira e Loulé.	agos, Monchique, Portimão, Silves, Albu-		
	Código NUTS PT 150 Algarve.			
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta Até \(\bigcap \bigcap \cdot \bigcap \cdot \bigcap \bigca	II.1.8) Nomenclatura			
fixada para a recepção das propostas	II.1.8.1) Classificação CPV (Common	Procurement Vocabulary) *		
V.3.7) Condições de abertura das propostas	Vocabulário principal Voc	cabulário complementar		
IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas Ao acto público do concurso poderá assistir qualquer interessado, mas nele só poderão intervir as pessoas devidamente credenciadas pelos concorrentes para esse	Objecto 45.23.31.41-9 principal			
efeito.	II.1.9) Divisão em lotes			
IV.3.7.2) Data, hora e local	NÃO 🗵 SIM 🗆	A		
Data 0 5 1 0 9 1 2 0 0 6 Hora: 14 horas. Local: EP — Estradas de Portugal, E. P. E., Direcção de Estradas	Indicar se se podem apresentar propos um lote \square vários lotes \square todo	os os lotes 🗌		
de Castelo Branco, Cruz de Montalvão, 6000-050 Castelo Branco.	II.1.10) As variantes serão tomadas € NÃO ⊠ SIM □	em consideração?		
SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS	II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO	CONCURSO		
VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?	II.2.1) Quantidade ou extensão total			
NÃO SIM Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no <i>Jornal Oficial da União Europei</i> a n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao	Extensão de cerca de 315 km/ano. O preço base do concurso é de 2 130 00 os montantes estimados para os trabalho drenagens e tratamento de taludes.			
imiar europeu.	II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU P	RAZO DE EXECUÇÃO		
21 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, <i>António Laranjo</i> . 3000211805	Indicar o prazo em meses 3 6 e/ou em ção (para obras)			
ANÚNCIO DE CONCURSO		ARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, DE TÉCNICO		

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas Não são exigíveis nesta fase.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

A empreitada é por série de preços, o financiamento terá como fonte a transferência de verbas prevista no Orçamento do Estado Português, bem assim como autofinanciamento obtido pela EP — Estradas de Portugal, E. P. E.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Podem concorrer empresas ou grupos de empresas, sem que entre eles exista qualquer vínculo, mas, no caso de adjudicação da empreitada, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, agrupamento complementar de empresas ou agrupamento europeu de interesse económico.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

- a) Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de construção emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI),
- contendo as seguintes autorizações: 1. $^{\rm a}$ subcategoria da 2. $^{\rm a}$ categoria, a qual tem que ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- 7.ª subcategoria da 5.ª categoria e da classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no n. $^{\circ}$ 6.3 do programa de concurso:
- b) Para os concorrentes não titulares de alvará de construção emitido pelo IMOP-PI, deverão apresentar certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta em concurso e emitido por autoridade competente de Estado pertencente ao espaço económico europeu, nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Marco;

Para os concorrentes não titulares de alvará de construção emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, deverão apresentar os documentos relativos à comprovação da sua idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica para a execução da obra posta a concurso, nos termos do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

c) Na avaliação da capacidade económica e financeira deverão os concorrentes satisfazer, com base no quadro de referência constante da Portaria n.º 994/2004, de 5 de Agosto, os seguintes valores: Liquidez geral ≥ 110 %;

Autonomia financeira ≥ 15 %;

No caso de o concorrente ser constituído por mais do que uma empresa, deverá pelo menos uma delas satisfazer os valores indicados.

- d) Na avaliação da capacidade técnica dos concorrentes para a execução da obra posta a concurso, serão adoptados os seguintes critérios:
- d1) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra rodoviária de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 213 000,00 euros (10,00 % do valor estimado do contrato);
- d2) Adequação do equipamento e da ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado ou sob qualquer outra forma, às suas exigências técnicas
- d3) Adequação dos técnicos e dos serviços técnicos, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- b) Qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a segurança social no espaço económico europeu
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaco económico europeu.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto, no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- b) Cópia da última declaração periódica de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC, na qual se contenha o carimbo «Recibo», e, se for o caso, documento equivalente apresentado, para efeitos fiscais, no Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar cópia da respectiva declaração;
- c) Cópia das declarações anuais de IRC, acompanhadas do respectivo anexo A, ou IRS, acompanhadas do respectivo anexo I, relativas aos anos 2003, 2004 e 2005, e, se for o caso, documentos equivalentes apresentados no Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar cópia da respectiva declaração.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

a) Certificados de habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e dos responsáveis pela orientação da obra, de acordo com o estipulado nas cláusulas 13.12 e 7.8 do caderno de encargos, designadamente do(s):

Um engenheiro civil director técnico da empreitada;

Um responsável pela obra em geral, com licenciatura ou bacharelato em Engenharia Civil, em permanência na obra;

Um responsável pela implementação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (gestor do Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho -7.8.13 do CE);

Um técnico com formação em SHST nível III ou V, caso o responsável pela implementação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho não tenha um tempo de afectação de 100% (ver cláusula 7.8.14 do CE).

- b) Lista das obras executadas da mesma natureza da que é posta a concurso, acompanhada de certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados devem referir o montante, data e local de execução das obras e se as mesmas foram executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluídas;
- c) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento de características especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer outra forma;
- d) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione os técnicos, serviços técnicos e encarregados, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra, para além dos indicados na alínea a).

SECÇÃO IV. PROCESSOS
IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público
NV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados a) Valia técnica da proposta — 40%: a1) Programa de trabalhos e cronograma financeiro — 20%: K₁ — Plano de trabalhos — 9%: K₁₁ — Identificação e progressão das actividades — 3%; K₁₂ — Planeamento das frentes de trabalho — 3%; K₁₃ — Demonstração dos rendimentos calculados — 3%; K₂ — Plano de mão-de-obra — 4%; K₃ — Plano de equipamento — 4%; K₃ — Plano de equipamento — 4%; K₃ — Cronograma financeiro — 3%; a2) Memória justificativa e descritiva — 15%: K₅ — Escalonamento e calendarização das tarefas — 2,5%; K₅ — Escalonamento e calendarização das tarefas — 2,5%; K₅ — Origem dos materiais a incorporar na obra — 2,5%; K₅ — Estaleiro — 2,5%; K₃ — Origem dos materiais a incorporar na obra — 2,5%; K₃ — Serviços afectados — 2,5%; a3) Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho — 5%: K₁₁ — Lista para adaptação/complemento do Plano de Segurança e Saúde e Compi lação Técnica — 2%; K₁₂ — Lista de Planos de Monitorização e Prevenção — 3%; b) Preço — 60%.
Por ordem decrescente de importância NÃO \square SIM \boxtimes
IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante Concurso público n.º 412/2006/COC/DEFAR. IV.3.2) Condições para a obtençõe de documentos contratueis o adicionais
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais Data limite de obtenção
Custo: 515 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: Em dinheiro ou por cheque visado passado à EP — Estradas de Portugal, E. P. E

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação $\fbox{1}\ \fbox{3}$ / $\fbox{0}\ \fbox{9}$ / $\fbox{2}\ \fbox{0}\ \fbox{0}\ \hbox{ou}$ $\fbox{0}$ dias a contar do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União Europeia ou da sua publicação no Diário da República

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

												país terceiro
Ш	Ш	Ш	Ш	Ш	Ш	Ш	Ш	\times	Ш	Ш		
IV.3	.6) P	razo	durar	ite o	qual	οр	ropon	ente	deve	manter	a sua	proposta

Até $\boxed{0} \, \boxed{6} \, \boxed{6}$ dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

Ao acto público do concurso poderá assistir qualquer interessado, mas nele só poderão intervir as pessoas devidamente credenciadas pelos concorrentes para esse

IV.3.7.2) Data, hora e local

Data 14 / 09 / 2006

Hora: 10 horas. Local: EP -- Estradas de Portugal, E. P. E., Direcção de Estradas de Faro, Rua do Alportel, 104, 8000-291 Faro

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

NÃO \times SIM П

Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu

21 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, António Laranjo. 3000211808

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras	\boxtimes
Fornecimentos	
Serviços	
O concurso es	á abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO ⊠	SIM \square

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo EP — Estradas de Portugal, E. P. E.	À atenção de Direcção de Estradas da Guarda
Endereço	Código postal
Largo de São Pedro, 43	6300-755 Guarda
Localidade/Cidade	País
Guarda	Portugal
Telefone	Fax
271232050	271232078
Correio electrónico degrd@estradasdeportugal.pt	Endereço Internet (URL) www.estradasdeportugal.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI-DÓS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

1.5)	TIPO	DE	ENTIDADE	ADJUDICANTE

Governo central	Ш	Instituição Europeia	Ш		
Autoridade regional/local		Organismo de direito público	\times	Outro	

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras

Execução		Ľ	×.	С	once	epça	ão e	execu	ıção				
Execução,	seja	por	que	meio	for,	de	uma	obra	que	satisfaça	as	necessidad	es
ndicadas	nela	entid	lade	huihe	ican	te							

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

«Conservação corrente por contrato no distrito da Guarda — Zona Norte.»

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Realização de trabalhos de conservação corrente curativa e preventiva de pavimentos, conservação de bermas e valetas, de órgãos de drenagem, de taludes e de obras de arte, trabalhos de actividades ambientais (ceifa de ervas, controlo da vegetação e limpezas diversas) e de segurança rodoviária.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Concelhos de Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Aguiar da Beira, Meda, Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel e Guarda.

Código NUTS

PT117 Douro

PT165 Dão-Lafões

PT167 Serra da Estrela

PT168 Beira Interior Norte

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) *

	Vocabulario principal	Vocabulario complementar
Objecto	45.23.31.41.9	
principal		
II 1 9) D	ivisão em lotes	

NÃO	\times	SIM			
Indicar	se se	podem	apresentar	propostas	para:
um lote	e 🗌	vários	lotes	todos o	os lotes 🗌

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO	\times	SIM	

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO

II.2.1) Quantidade ou extensão total

Extensão de cerca de 445 km/ano

O preço base do concurso é de 3 385 000,00 euros, com exclusão do IVA, e inclui os montantes estimados para os trabalhos especializados: 2 043 000,00 euros de drenagens e tratamento de taludes

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Indicar o prazo em meses 3 6 e/ou em dias 0 a partir da data da consigna-

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

Não são exigíveis nesta fase.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

A empreitada é por série de preços, o financiamento terá como fonte a transferência de verbas prevista no Orçamento do Estado Português, bem assim como autofinanciamento obtido pela EP — Estradas de Portugal, E. P. E.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de servicos

Podem concorrer empresas ou grupos de empresas, sem que entre elas exista qualquer vínculo, mas, no caso de adjudicação da empreitada, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, agrupamento complementar de empresas ou agrupamento europeu de interesse económico.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

a) Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de construção emitido pelo Instituto dos Mercados de obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), contendo as seguintes autorizações:

l.ª subcategoria da 2.ª categoria, a qual tem que ser de classe que cubra o valor global da proposta;

7.ª subcategoria da 5.ª categoria e da classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no n.º 6.3 do programa de concurso;

b) Para os concorrentes não titulares de alvará de construção emitido pelo IMOP-PI, deverão apresentar certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta em concurso e emitido por autoridade competente de Estado pertencente ao espaço económico europeu, nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março; Para os concorrentes não titulares de alvará de construção emitido pelo IMOPPI,

ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, deverão apresentar os documentos relativos à comprovação da sua idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica para a execução da obra posta a concurso, nos termos do artigo 67. $^\circ$ do Decreto-Lei n. $^\circ$ 59/99, de 2 de Março;

c) Na avaliação da capacidade económica e financeira deverão os concorrentes satisfazer, com base no quadro de referência constante da Portaria n.º 994/2004, de 5 de Agosto, os seguintes valores:

Liquidez geral ≥ 110 %;

Autonomia financeira ≥ 15 %;

No caso de o concorrente ser constituído por mais do que uma empresa, deverá pelo menos uma delas satisfazer os valores indicados.

- d) Na avaliação da capacidade técnica dos concorrentes para a execução da obra posta a concurso, serão adoptados os seguintes critérios: d1) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra rodoviária de idêntica
- natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 338 500,00 euros (10,00 % do valor estimado do contrato);
- d2) Adequação do equipamento e da ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado ou sob qualquer outra forma, às suas exigências técnicas:
- d3) Adequação dos técnicos e dos serviços técnicos, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- b) Qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a segurança social no espaço económico europeu;
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repar-tição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

a) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto, no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;